



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**16/09/2016**

# INDICE

---

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
1.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	1
1.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	2
2. JORNAL CORREIO POPULAR	
2.1. DECISÕES.....	3 - 4
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. COMARCAS.....	5
3.2. DECISÕES.....	6 - 8
3.3. JUÍZES.....	9
3.4. VARA CRIMINAL.....	10
4. JORNAL EXTRA	
4.1. DECISÕES.....	11
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	12
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. DECISÕES.....	13
6.2. VARA CRIMINAL.....	14
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. DECISÕES.....	15 - 19
7.2. EVENTOS.....	20
7.3. PRESIDÊNCIA.....	21

## FOTOGRAFIA

# Descontração dá o tom de ensaio com mastectomizadas

Luz, câmera, sorrisos! A descontração e o bom humor deram o tom da sessão de fotografias com mulheres mastectomizadas, na tarde desta quarta-feira (14), no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. Antes de posarem para as lentes, elas receberam serviços de maquiagem e limpeza de pele de voluntários das empresas envolvidas na campanha do "Outubro Rosa". O material fotográfico fará parte da exposição de fotos, aberta na Galeria do Fórum durante o mês de outubro.

No total 25 pacientes, sendo 18 do Hospital Aldenora Belo e 07 do Hospital Geral, participaram do ensaio fotográfico. São mulheres em tratamento contra o câncer de mama ou já recuperadas da doença, porém ainda em fase de acompanhamento. Os resultados da maquiagem e limpeza de pele elevaram o astral, que já era bom desde

a chegada ao primeiro andar do Fórum, onde se realizou a preparação para as fotos. "Estou me sentindo renascida. Se meu marido me visse assim, linda e maravilhosa, ia ficar com ciúme", brincou Lucineia do Espírito Santo Martins.

Lucineia descobriu a doença há 3 anos. Passou por sessões de quimioterapia e radioterapia. Hoje faz apenas os exames anuais de rotina e diz que a fase de tristeza e dor ficou para trás. Francinete da Rocha também virou essa página. Recebeu o diagnóstico da doença há cinco anos. Recebeu químio e de rádio. Agora faz o controle anual. Ela cita uma passagem da Bíblia sobre o dualismo da vida. "Se choro hoje de tristeza, amanhã chorarei de alegria". Ao ser maquiada, comparou-se a uma princesa. "Preciso desfrutar esse dia tão sonhado".

Maria de Jesus Câmara Pereira conclui o tratamento na próxima semana e garan-

te que está muito bem. "As pessoas precisam saber que o câncer tem cura, desde que façam o tratamento direito". Ela fez questão de elogiar a iniciativa do Fórum em promover a sessão de fotografia. "Achei isso muito importante, porque reúne outras pessoas que enfrentam a mesma situação e assim podemos dividir experiência e nos sentir mais fortalecidos".

O chefe da Divisão Médica e Odontológica do Fórum, Marcondes Alberto Tavares da Silva, explicou que o objetivo do evento não foi destacar os problemas da doença, mas realçar o aspecto da beleza, de estar bem consigo, "focar o ser humano, aquela essência que está por trás de cada pessoa". O Juiz de Direito, Hélio de Araújo Carvalho Filho, que no ato representou o Diretor do Fórum, juiz Sebastião Bonfim, disse ter ficado impressionado com o alto astral das participantes. "É algo que me emocionou.

Elas propiciaram um grande momento e nos deram uma bela lição de vida".

A psicóloga Arlinda Reis, da Divisão de Serviço Social e Psicologia do Fórum, fez uma palestra abordando a importância da autoestima. "Demonstramos que elas podem olhar a vida de perspectiva positiva, que é preciso alterar a sua percepção de mundo". No final da sessão, as participantes foram agraciadas com vasos de flores, ofertadas pela Diretoria do Fórum.

A exposição de fotografia com mulheres mastectomizadas integra a série de eventos que o Fórum Desembargador Sarney Costa vai desenvolver no "Outubro Rosa", no decorrer do próximo mês, como palestras e campanha de arrecadação de material de limpeza e produtos de higiene. As doações serão distribuídas entre os hospitais Aldenora Belo, Hospital do Câncer e Fundação Antônio Bruno, co-participantes do evento.

# Escolas planejam reposição integral da carga horária dos professores

As horas não trabalhadas pelos professores que optaram por realizar a chamada 'operação tartaruga', em escolas da Rede Estadual de Ensino, deverão ser repostas em cumprimento à determinação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA, que decidiu, nesta semana, que os estudantes da rede estadual devem ser atendidos normalmente neste ano letivo pelo corpo docente.

A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) orientou que cada gestor, em diálogo com o corpo docente da escola, estabeleça um calendário de reposição das aulas que não ministradas, de modo que não haja qualquer tipo de prejuízo aos alunos, principalmente os que devem prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) este ano.

De acordo com a Unidade Regional de Educação (URE) de São Luís, das 118 escolas, apenas um percentual de 45% terá que repor a carga horária, tendo em vista que as demais estão com o calendário escolar em dia. "As escolas, cujos professores estiveram no movimento, estão levantando a carga horária a ser repostas. Algumas terão aulas aos sábados, mas o que é fundamental neste momento é garantir que nossos alunos tenham aulas de qualidade e o transcurso normal do ano letivo", destacou Eva de Moraes, gestora da URE São Luís.

No Centro de Ensino Jornalista João Lisboa (Cejol), a gestão da escola está reunindo com os docentes para definir como será feita a reposição. "Não teremos

dificuldades em fazer reposição porque nem todos os professores aderiram ao movimento e, além disso, foram poucos dias com carga horária reduzida. Acredito que já na próxima semana iniciamos a reposição", ressaltou Regina Silva Pereira, gestora geral do Cejol.

O secretário de Estado da Educação, Felipe Camarão, destacou que o governo vem mantendo diálogo aberto, transparente e constante com os professores visando o atendimento de suas demandas, algumas delas, históricas, já estão em andamento como a ampliação da jornada de 20 para 40 horas com salário compatível e a unificação das matrículas dos docentes.

"O governo reconhece o direito dos professores e vem concentrando esforços no sentido de concretizar políticas de valorização da categoria, desde o mapeamento e reordenamento do quadro de docentes, a promoção na carreira de 17,2 mil profissionais, concurso para 1.500 vagas com remuneração inicial de R\$ 5 mil, melhorias na infraestrutura das escolas, entre outras ações, porque compreende o papel fundamental dos educadores na garantia da formação cidadã dos nossos alunos", realçou.

## Decisão

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) decidiu, nesta semana, que os estudantes da rede estadual devem ser atendidos normalmente neste ano letivo pelo corpo docente. A liminar concedida pelo desembargador Paulo Velten

determina o fim da chamada 'operação tartaruga' – parte dos docentes não estava cumprindo a carga horária integral das aulas em algumas escolas da capital.

A Justiça entendeu que as paralisações parciais estão em desacordo com a Lei de Greve por não terem sido objeto de consulta e aprovação prévia por meio de Assembleia Geral convocada pelo sindicato da categoria, e determinou multa de R\$ 5 mil para cada nova paralisação parcial e o corte do ponto proporcional à hora-aula que não for oferecida.

Sobre o reajuste de 11,36%, que consta em projeto de lei ainda em tramitação no Senado Federal, reivindicado pelos professores, a Justiça do Maranhão deu decisão, também nesta semana, lembrando que não há, portanto, exigência legal do reajuste.

Os recursos enviados pelo Ministério da Educação por meio do Fundeb (Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Básico) não cobrem todos os investimentos feitos pelo Governo do Maranhão no setor. Nos últimos 20 meses, foi necessário que o Estado complementasse com R\$ 500 milhões os recursos do Fundeb.

Com o reajuste de 13% dado no ano passado, os professores da rede estadual com licenciatura plena e 40 horas semanais, passaram a contar com a segunda maior remuneração do país, segundo levantamento da confederação nacional dos sindicatos da categoria.

JUSTIÇA

## TSE suspende realização de plebiscito nas cidades de João Lisboa, Buritirana e Senador La Rocque

A consulta popular que seria realizada no dia 2 de outubro concomitante às eleições 2016 acerca de desmembramento e anexação de povoados está suspensa por liminar concedida pela ministra Rosa Weber, atendendo Mandado de Segurança impetrado pelo município de João Lisboa. >> **Pág. 03**



# Rosângela amplia debate e apresenta plano de governo à sociedade

Divulgação



**IMPERATRIZ** – Visando ampliar o debate sobre o plano de governo para os próximos quatro anos em Imperatriz, a candidata a prefeita Rosângela e seu vice Prof. Adonilson participaram de dois momentos para explicar as propostas inseridas para cuidar da cidade. Destacando a participação popular no desenvolvimento da cartilha, a candidata detalhou as ideias e foi bem avaliada pelo público.

O primeiro espaço ocorreu na segunda-feira (12), a convite da Associação Médica. Rosângela conversou com a classe sobre as metas para diversas áreas e demonstrou como pretende transformar Imperatriz em um centro de referência à saúde.

“Uma das metas urgentes do nosso governo é diminuir e quem sabe acabar com as enormes filas para marcação de consulta. Mas como fazer isso? Muito simples! Faremos o E-Governo, uma plataforma eletrônica onde o cidadão e a cidadã terá como ver se há vaga disponível, marcar sua consulta, tudo através de um aplicativo no celular. Não é inventar a roda, é uma coisa que existe, que não depende de grandes investimentos e que mostra resultado. Outra meta do nosso plano é construir o nosso hospital municipal com 400 leitos, transformando assim Imperatriz numa cidade polo de saúde, pois sabemos que quem vai cuidar da cidade, não pode pensar só em Imperatriz” descreveu Rosângela.

Já na segunda ocasião, Rosângela convidou a sociedade em geral para aprofundar o conhecimento sobre as intenções para sua gestão. Detalhando como foi pensado os

12 eixos temáticos inseridos de forma coletiva no plano, a candidata pontuou cada um e apresentou como pretende mudar a realidade da segunda maior cidade do Estado.

“Quando pensamos nesse plano, pensamos diferente, para evitar copiar e colar ideias alheias e ultrapassadas, coisa que fazem por aí. Então realizamos o Diálogos nos Bairros, onde a população foi ouvida e logo após consultamos lideranças, movimentos sociais para que eles também pudessem ser ouvidos. Ao andar na cidade, percebemos que Imperatriz precisa de cuidados na saúde, na educação, na infraestrutura, em tudo. Por onde passamos as pessoas clamam por melhorias e é possível mudar a realidade, aplicando o dinheiro de forma responsável e buscando parcerias para garantir uma melhor qualidade de vida aos nossos moradores” manifestou Rosângela.

Nas duas oportunidades foram feitas perguntas onde Rosângela reafirmou e complementou suas ideias. Ao final de cada apresentação a candidata foi aplaudida e o público agradeceu pelos esclarecimentos. A candidata finalizou fazendo um convite aos militantes: “Vamos às ruas mostrar que Imperatriz tem propostas reais para transformar nossa cidade em um lugar melhor para todos, onde todos terão orgulho de dizer que moram em uma cidade organizada, justa e sem desigualdade social. Vamos às ruas demonstrar que queremos o novo, queremos Rosângela e Prof. Adonilson, queremos o 12. Essa é a hora da mudança”. (Da Assessoria)

## Réu é condenado a 11 anos de prisão na Comarca de Estreito

Em júri promovido também na quarta-feira, 14, na 2ª vara da Comarca de Estreito, presidido pelo titular da unidade, juiz Frederico Feitosa de Oliveira, o réu Manoel Messias Aguiar da Silva foi condenado a 11 anos, 11 meses e 10 dias de reclusão. Ele respondeu pela acusação de tentativa de homicídio praticada contra Everton dos Santos Parreira. A pena deve ser cumprida em regime fechado, conforme consta da sentença.

No julgamento, o Conselho de Sentença confirmou a materiali-

dade e a autoria delitivas e rejeitou, por maioria, a tese da defesa de desclassificação do crime.

Segundo o processo, o crime ocorreu no dia 20 de fevereiro de 2012, por ocasião do Carnaval, quando a vítima teria se chocado acidentalmente com o acusado. Ainda segundo o processo, na ocasião o réu teria chamado um grupo de amigos com os quais atacou a vítima covardemente, iniciando uma série de agressões, esfaqueando-a repetidas vezes e atingindo-a em pontos vitais. ●

# Educação pública vira assunto de Justiça

MP vai analisar folha de pagamento dos professores

Estudantes fazem manifestação pedindo aulas regulares

Secretaria de Educação diz que aulas vão ser repostas

CIDADES 1

Protesto



Flora Dolores

Estudantes do Centro de Ensino Jornalista João Lisboa (antigo Cegel) fecharam ontem a Av. Getúlio Vargas, em frente à escola. Eles reclamam que enfrentam uma "operação tartaruga", realizada pelos professores por causa do não pagamento do reajuste salarial pedido pela categoria. CIDADES 1



“Já solicitamos que a Secretaria de Educação viesse aqui ver os nossos problemas, mas não veio”

**SARAH EMILLY**, estudante

# MP vai emitir parecer sobre pagamento a professores estaduais

Promotoria solicitou ao governo a folha de pagamento dos docentes; categoria protesta por reajuste salarial de 11,36% fazendo a "operação tartaruga", reduzindo carga horária de aulas; alunos protestaram ontem

**A** Promotoria Especializada de Defesa da Educação solicitou ao Governo do Estado a folha de pagamento dos professores para analisar as atuais condições salariais da categoria e emitir parecer sobre o caso. A medida foi tomada diante das manifestações dos docentes por reajuste salarial de 11,36%, garantido por lei. Uma das formas de protesto é a chamada "operação tartaruga", com o não cumprimento da carga horária e a liberação dos alunos mais cedo nas escolas.

O problema saiu do âmbito escolar e ganhou as ruas. Pedindo a volta das aulas à normalidade, alunos do Centro de Ensino Jornalista João Lisboa (Cejol - antigo Cegel) fecharam, na manhã de ontem, a Av. Getúlio Vargas, em frente à escola. A manifestação provocou um longo congestionamento de veículos no Centro.

Os estudantes do CEM Jornalista João Lisboa alegam que estão sendo prejudicados, principalmente os do 3º ano do ensino médio, que vão prestar Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) este ano. Mesmo assim, eles não culpam os professores pelo problema.

"Queremos que o Governo do Estado repasse o aumento para os professores e acabe com isso", afirmou Jameson Pereira, 17, que cursa o 3º ano. Os professores estaduais, por sua vez, têm realizado uma série de manifestações. Na quarta-feira, 14, protestaram em frente ao Palácio dos Leões.

## Agravo

No campo jurídico, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Maranhão (Sinproesemma) também já ajuizou, no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), um agravo de instrumento para reverter a decisão proferida pelo juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas Martins, que indeferiu, no último dia 12, o pedido de liminar pleiteado pela entidade, para o pagamento imediato do reajuste de 11,36%. Na decisão, o juiz entendeu

que "não há lei determinando o reajuste do piso nacional".

O deputado federal, Hildo Rocha, (PMDB) também entrou com Representação, no próprio Ministério Público (MP), solicitando o mesmo.

Uma decisão do desembargador Paulo Velten determinou o fim da "operação tartaruga", obrigando os professores a darem aula normalmente. Para a Justiça, as paralisações parciais estariam em desacordo com a Lei de Greve por não terem sido objeto de consulta e aprovação prévia de uma assembleia geral convocada pelo sindicato da categoria, e

determinou multa de R\$ 5 mil para cada nova paralisação parcial e o corte do ponto proporcional à hora-aula que não for oferecida.

## Reposição

Segundo a Secretaria Estadual de Educação (Seduc), as horas não trabalhadas pelos professores que optaram por realizar a "operação tartaruga", deverão ser repostas em cumprimento à determinação do Tribunal de Justiça (TJ).

No Cejol, a gestão da escola está reunindo com os docentes para definir como será feita a reposição.

Flora Dolores

**ALUNOS**  
do CEM João  
Lisboa protestam  
na Avenida  
Getúlio Vargas



## MAIS

### Sinproesemma entrou na Justiça

O Sinproesemma chegou a ingressar na Justiça com uma ação coletiva contra o Governo do Maranhão para garantir o pagamento dos 11,36%. A ação foi ajuizada em agosto deste ano. Nela, o sindicato afirma que o reajuste salarial dos educadores é um direito conquistado com a Lei Nacional do Piso do Magistério (11.738/2008), declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

**VÍDEO NA  
VERSÃO DIGITAL**

[oestadoma.com](http://oestadoma.com)

O juiz Newton Ramos Neto reúne amigos neste sábado para almoço na Associação dos Magistrados do Maranhão, no Altos do Calhau, comemorando a nova idade de sua esposa Camila Ramos.

# Júri absolve réu acusado de homicídio em Colinas

Acusado já havia sido absolvido pelo corpo de jurados em julgamento anterior, mas a promotoria recorreu da decisão e pediu o desaforamento do caso

Em julgamento realizado quarta-feira, 14, o Tribunal do Júri da Comarca de Colinas, sob a presidência do juiz Marcelo Oka, o réu Francisco Cunha de Alcântara, acusado de ter praticado crime de homicídio contra Francisco Alcântara Sousa, o Chiquinho de Jatobá, foi absolvido pelo conselho de sentença. A sessão foi realizada na Câmara de Vereadores. O réu foi julgado pela segunda vez, já que na primeira ele também foi absolvido.

Consta na denúncia que o crime ocorreu em 15 de maio de 2011, na cidade de Jatobá, termo judiciário de Colinas. De acordo com depoimentos de testemunhas, réu e vítima tinham uma rixa antiga. A vítima costumava dizer para quem pescasse um peixe em seu açude que, se pegassem um cará (peixe da região), podiam deixar que ele matava. Além disso, a vítima teria interferido na compra de um terreno na frente da residência do réu, que tinha interesse na compra, acirrando ainda mais os ânimos entre eles.

Ainda segundo o inquérito, a vítima estava em um churrasco nos fundos do “Pesque e Pague”, em frente à residência do réu, e ao sair encontrou-se com o acusado e teria dito a frase: “Ah, tu já voltou?”. Ato contínuo, teria ido até o carro. Em depoimento, o

réu disse que a vítima teria ido pegar uma arma, foi até sua residência para se armar com uma espingarda, com a qual teria atirado na vítima. Logo depois, teria dado mais dois tiros de revólver, causando morte imediata de Chico de Jatobá.

Inicialmente, o réu foi absolvido no julgamento realizado na cidade de Jatobá, mas o Tribunal de Justiça deu provimento ao recurso do Ministério Público para que outro julgamento fosse realizado. Depois disso, o Ministério Público pediu o desaforamento do caso para a sede da Comarca de Colinas, sob argumento de parcialidade dos jurados.

No júri de quarta-feira, o conselho de sentença do Tribunal Popular do Júri de Colinas, absolveu novamente Francisco Cunha de Alcântara. A sessão foi presidida pelo juiz Marcelo Oka, contando com a participação do promotor de Justiça Aarão Carlos Lima Castro e dos advogados Marcelo Moreira Lima e Rômulo Melo, nomeados para patrocinar a defesa do réu.

## TJMA mantém condenação da Mineradora Vale a pagamento de IPTU

Os desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) mantiveram sentença que reconheceu a obrigação da Vale S/A ao pagamento de Imposto Predial Territorial (IPTU), no valor de R\$ 13.428,37, referente a imóvel do qual a empresa é arrendatária, localizado em área de porto pertencente à União, em São Luís. A sentença mantida é da 10ª Vara da Fazenda Pública, que rejeitou embargos à execução da empresa.

A Vale embargou de execução referente à cobrança do imposto, alegando ser parte ilegítima por ser mero arrendatário portuário da área, onde explora serviço público, de forma que a obrigação pelo pagamento do IPTU seria do proprietário do imóvel.

O Município de São Luís argumentou que o contribuinte do IPTU, além do proprietário, seria também o titular do domínio útil ou possuidor do imóvel, ressaltando que a área pertencente à União é objeto de cessão à Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), que por sua vez arrendou a área para a Vale, com prazo de vinte anos e renovável por igual período.

Em julgamento do recurso da Vale, o desembargador Jorge Rachid – relator – ressaltou normas constitucionais sobre a imunidade recíproca das fundações e autarquias mantidas pelo Poder Público, que é restrita aos serviços vinculados às finalidades essenciais ou dela decorrentes, não se aplicando ao patrimônio, renda e serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas por normas aplicáveis a empreendimentos privados.

O desembargador entendeu que a exclusão da imunidade recíproca no caso da Vale, que explora atividade lucrativa, justificava-se para evitar tratamento privilegiado, que violaria o princípio constitucional da livre iniciativa, frisando que as concessionárias e permissionárias sujeitam-se ao regime jurídico das empresas privadas, inclusive nas obrigações tributárias. “Permitir que particular faça uso de bem público sem qualquer tipo de ônus atenta contra a moralidade que deve permear a gestão do patrimônio público”, avaliou o desembargador.

O voto foi seguido pelos desembargadores Kleber Carvalho e Angela Salazar.

## REDE ESTADUAL DE ENSINO

# Escolas planejam reposição integral da carga horária dos professores

As horas não trabalhadas pelos professores que optaram por realizar a chamada 'operação tartaruga', em escolas da Rede Estadual de Ensino, deverão ser repostas em cumprimento à determinação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), que decidiu, nesta semana, que os estudantes da rede estadual devem ser atendidos normalmente neste ano letivo pelo corpo docente.

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc) orientou que cada gestor, em diálogo com o corpo docente da escola, estabeleça um calendário de reposição das aulas que não ministradas, de modo que não haja qualquer tipo de prejuízo aos alunos, principalmente os que devem prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) este ano.

De acordo com a Unidade Regional de Educação (URE) de São Luís, das 118 escolas, apenas um percentual de 45% terá que repor a carga horária, tendo em vista que as demais

estão com o calendário escolar em dia. "As escolas, cujos professores estiveram no movimento, estão levantando a carga horária a ser resposta. Algumas terão aulas aos sábados, mas o que é fundamental neste momento é garantir que nossos alunos tenham aulas de qualidade e o transcurso normal do ano letivo", destacou Eva de Moraes, gestora da URE São Luís.

No Centro de Ensino Jornalista João Lisboa (Cejol), a gestão da escola está reunindo com os docentes para definir como será feita a reposição. "Não teremos dificuldades em fazer reposição porque nem todos os professores aderiram ao movimento e, além disso, foram poucos dias com carga horária reduzida. Acredito que já na próxima semana iniciamos a reposição", ressaltou Regina Silva Pereira, gestora geral do Cejol.

O secretário de Estado de Educação, Felipe Camarão, destacou que o governo vem

mantendo diálogo aberto, transparente e constante com os professores visando o atendimento de suas demandas, algumas delas, históricas, já estão em andamento como a ampliação da jornada de 20 para 40 horas com salário compatível e a unificação das matrículas dos docentes.

"O governo reconhece o direito dos professores e vem concentrando esforços no sentido de concretizar políticas de valorização da categoria, desde o mapeamento e reordenamento do quadro de docentes, a promoção na carreira de 17,2 mil profissionais, concurso para 1.500 vagas com remuneração inicial de R\$ 5 mil, melhorias na infraestrutura das escolas, entre outras ações, porque compreende o papel fundamental dos educadores na garantia da formação cidadã dos nossos alunos", realçou.

**DECISÃO** - O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) decidiu, nesta semana, que os estudantes da rede estadual

devem ser atendidos normalmente neste ano letivo pelo corpo docente. A liminar concedida pelo desembargador Paulo Velten determina o fim da chamada 'operação tartaruga' - parte dos docentes não estava cumprindo a carga horária integral das aulas em algumas escolas da capital.

A Justiça entendeu que as paralisações parciais estão em desacordo com a Lei de Greve por não terem sido objeto de consulta e aprovação prévia por meio de Assembleia Geral convocada pelo sindicato da categoria, e determinou multa de R\$ 5 mil para cada nova paralisação parcial e o corte do ponto proporcional à hora-aula que não for oferecida.

Sobre o reajuste de 11,36%, que consta em projeto de lei ainda em tramitação no Senado Federal, reivindicado pelos professores, a Justiça do Maranhão deu decisão, também nesta semana, lembrando que não há, portanto, exigência legal do reajuste.

## **Anulou**

Desde 2009, quando o Tribunal de Justiça do Maranhão anulou a Lei Estadual 265/2001, que anexava os povoados Tabuleirão I, Centro dos Machados, Açaizal Grande, Cajá Branca, Olho D'Água, Jenipapo, Novo Horizonte, Parsondas, Arapari, Centro do Zezinho, Centro do Toinho e projetos de assentamento Pingo de Ouro, Lagoa da Cigana, Alvorada I e Alvorada III ao município de Senador La Rocque, tais povoados ficaram sem pertencer a nenhum dos três municípios.

## **Vínculo**

Apesar de não manter vínculo legal com nenhum dos três municípios, os povoados de Jenipapo, Olho D'Água, Cajá Branca e Novo Horizonte constituem zona eleitoral de Buritirana, com exceção dos eleitores que porventura tenham transferido seu título para votarem em zonas dos municípios vizinhos. (TSE)

## Tribunal do júri condena homicida a 27 anos de reclusão em regime fechado

Em sessão realizada nessa terça-feira (13), o tribunal do júri popular da comarca de Imperatriz condenou o réu Edmunes Silva a 27 anos de reclusão, em regime fechado, por homicídio qualificado, sem chances de defesa da vítima. O julgamento durou mais de dez horas.

De acordo com a sentença, Edmunes Silva matou o policial reformado do Estado do Pará, João Batista Gomes, de 38 anos, e ocultou o cadáver. O militar foi morto a tiros no bairro Itamar Guará, em Imperatriz, no dia 1º de fevereiro de 2015.

Conforme o Ministério Público, Edmunes foi apontado por uma testemunha ocular como um dos autores do crime. A testemunha relatou que foi obrigada a enterrar o corpo. Um segundo acusado de cometer o crime, um homem apenas identificado como Mateus, encontra-se preso no Distrito Federal.

Edmunes Silva ainda responde a outros processos criminais no Estado do Pará.

Arquivo



**Corpo do policial foi encontrado em uma cova rasa**

# Parentes e amigos de PM preso supostamente “por engano” protestam em frente ao TJ-MA

LUCIENE VIEIRA

Parentes e amigos do sargento da Polícia Militar Paulo Sérgio Rodrigues dos Santos, de 45 anos, clamaram por justiça durante um ato público realizado na manhã de ontem (15), em frente ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), localizado na Avenida Pedro II, no Centro Histórico de São Luís. Vestidos com camisetas brancas com a frase “Queremos justiça”, aproximadamente 25 manifestantes se concentraram às 10h no local do protesto, quando expuseram cartazes, ao som de gritos em defesa do militar. O objetivo do ato, segundo os manifestantes, seria sensibilizar os desembargadores sobre a condenação, supostamente “por engano”, do sargento Paulo Sérgio; que, segundo o advogado Mozart Baldez, teria sido preso no dia 13 de janeiro de 2016, por determinação da 2ª Vara do Júri de São Luís, para o cumprimento da pena de nove anos e seis meses de reclusão em regime fechado. O sargento foi julgado e acusado de assassinar um homem, identificado como Armando Bispo, em 1993.

## ENTENDA O CASO

O crime aconteceu nas imediações do Clube Simplesmente Maria, no bairro do Coroadinho, na madrugada do dia 17 de janeiro de 1993. Mozart Baldez relatou que Paulo Sérgio estava se divertindo no clube, quando por volta da meia noite, teria faltado energia



Familiares e amigos do sargento Santos fazem ato por justiça, em frente ao TJ

elétrica e o policial foi para o ponto de ônibus, onde pegaria a condução. No momento, contou o advogado, Armando Bispo teria se aproximado do militar e dado voz de assalto, e, em meio às circunstâncias, Bispo foi alvejado. Segundo Mozart Baldez, dez meses após o crime, o tenente Brito, na condição de presidente de um Inquérito Policial Militar (IPM), acusou o sargento Paulo Sérgio de ser o autor do homicídio, embora na época tenha havido um depoimento no qual o soldado Menezes, do 1º Batalhão, dizia que teria sido o soldado Ribeiro o verdadeiro autor do crime.

Para Baldez, a prisão de Paulo Sérgio é um erro da Justiça, pois, nove meses depois do crime, em novembro de 1993, o policial militar Luís Raimundo Ribeiro

teria confessado ser o autor do homicídio praticado há 23 anos. E, no dia 18 de fevereiro deste ano, por volta de 19 horas, após localizar o telefone do soldado Ribeiro, o advogado Mozart Baldez fez uma ligação via celular para o PM, tendo este mais uma vez confessado o crime, afirmando que aquele depoimento prestado na presença do, à época, tenente Brito, hoje major, é verdadeiro e finalmente disse que no dia do crime Paulo Sérgio estava de serviço e que ele – soldado Ribeiro – foi quem efetuou um disparo com seu revólver calibre 38, que levou Armando Bispo à morte.

Mesmo assim, o desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro manteve a prisão de Paulo Sérgio, estando ele recolhido ao Comando Geral da Polícia

Militar. Conforme o advogado, o Judiciário sustenta que a confissão de Ribeiro não tem nenhum valor jurídico, porque não tinha carimbo e timbre da corporação. E, por conta disso, a pena imposta pelo Júri foi mantida.

Mozart Baldez disse que, com essa decisão, vários foram os recursos feitos ao STJ e ao STF, até o trânsito em julgado da sentença, sem que os tribunais superiores apreciassem o mérito de quem efetivamente matou Armando Bispo.

Durante o ato público, Baldez afirmou ainda que a liminar foi negada duas vezes pelo desembargador Vicente de Castro. Na segunda-feira (12), o advogado informou que entrou com a interposição de agravo interno, contra a decisão do desembargador. “O desembargador Vicente Castro pode encaminhar o processo para a Segunda Câmara Criminal, e eu ainda farei o pedido de habeas corpus”, disse.

A mulher do sargento Paulo Sérgio, Rosilene de Sousa Santos, contou que há uma semana procurou o secretário Jefferson Portela, titular da Secretaria de Segurança Pública (SSP), para pedir proteção ao marido. “O secretário disse que irá investigar o caso”, informou. Rosilene, que tem três filhos com Paulo Sérgio, nas idades de nove, seis e quatro anos, disse que a família está abalada. “Minha filha de seis anos está em tratamento psicológico pela falta do pai”, revelou.

## MPMA garante na justiça indisponibilidade de bens do ex-prefeito de Magalhães de Almeida

Em decisão liminar do Tribunal de Justiça, do dia 19 de agosto, que deferiu recurso ajuizado pelo Ministério Público do Maranhão, foi decretada a indisponibilidade dos bens do ex-prefeito de Magalhães de Almeida, João Cândido Carvalho Neto, dos ex-secretários municipais de Finanças, Raimundo Nonato Carvalho, e de Cultura, Francisca Maria de Oliveira Caldas, e da empresa Pro-Show Music Ltda. Eles terão que devolver ao patrimônio municipal o valor de R\$ 309 mil, referentes ao dano ao erário (R\$ 103 mil, valor do contrato) e à multa (R\$ 206 mil), por terem promovido fraudes em licitação.

Conforme a Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, de fevereiro deste ano, os envolvidos causaram dano aos cofres públicos por terem promovido dispensa indevida de licitação na contratação de show artístico em comemoração pelo aniversário da cidade de Magalhães de Almeida, em outubro de 2011.

A medida do desembargador



O ex-prefeito João Cândido Carvalho Neto terá de devolver dinheiro aos cofres do Município

Paulo Velten Pereira, em agravo de instrumento interposto pelo MPMA, reformou decisão do juízo de Magalhães de Almeida, que negou pedido de liminar na Ação Civil para a decretação da indisponibilidade dos bens por considerar excepcional a pretensão e, ainda, por alegar a

ausência de estimativa do valor do dano.

Na decisão, o desembargador argumenta que a documentação inclusa no recurso do Ministério Público permite concluir “que a contratação da Pro-Show Music Ltda. se deu sem licitação e sem justificativa legal para a sua

dispensa ou inexigibilidade, muito embora o valor do contrato (R\$ 103 mil) exigisse a realização do certame”.

No inquérito promovido pela Promotoria de Magalhães de Almeida para apurar o caso, foi detectado que o pregão eletrônico 009/2011, lançado para a contratação da empresa responsável pela animação e promoção do show, teve sua publicação efetivada no dia 7 de outubro de 2011. Entretanto, a festividade já havia sido realizada no dia 1º de outubro, data do aniversário da cidade.

A Prefeitura de Magalhães de Almeida alegara uma suposta “notória especialização” da empresa Pro-Show Music para fazer a dispensa do processo licitatório. Segundo o promotor de justiça Elano Aragão Pereira, titular da Promotoria de Magalhães de Almeida, nas investigações ficou comprovado que a contratação direta não tinha respaldo legal, não se incluindo nas hipóteses de inexigibilidade, previstas na Lei das Licitações (nº 8.666/93).

### **Desce**

O ex-prefeito de Magalhães de Almeida João Cândido Carvalho Neto, teve seus bens decretados indisponíveis, após decisão liminar do Tribunal de Justiça. Conforme a Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, de fevereiro deste ano, o ex-gestor causou danos aos cofres públicos por ter promovido dispensa indevida de licitação na contratação de show artístico em comemoração pelo aniversário da cidade, em outubro de 2011.

## **TJMA mantém condenação da Vale a pagamento de IPTU**

Os desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) mantiveram sentença que reconheceu a obrigação da Vale S/A ao pagamento de Imposto Predial Territorial (IPTU), no valor de R\$ 13.428,37, referente a imóvel do qual a empresa é arrendatária, localizado em área de porto pertencente à União, em São Luís. A sentença mantida é da 10ª Vara da Fazenda Pública, que rejeitou embargos à execução da empresa.

A Vale embargou de execução referente à cobrança do imposto, alegando ser parte ilegítima por ser mero arrendatário portuário da área, onde explora serviço público, de forma que a obrigação pelo pagamento do IPTU seria do proprietário do imóvel. O Município de São Luís argumentou que o contribuinte do IPTU, além do proprietário, seria também o titular do domínio útil ou possuidor do imóvel, ressaltando que a área pertencente à União é objeto de cessão à Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), que por sua vez arrendou a área para a Vale, com prazo de vinte anos e renovável por igual período.

Em julgamento do recurso da Vale, o desembargador Jorge Rachid – relator – ressaltou normas constitucionais sobre a imunidade recíproca das fundações e autarquias mantidas pelo Poder Público, que é restrita aos serviços vinculados às finalidades essenciais ou dela decorrentes, não se aplicando ao patrimônio, renda e serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas por normas aplicáveis a empreendimentos privados. O desembargador entendeu que a exclusão da imunidade recíproca no caso da Vale, que explora atividade lucrativa, justifica-se para evitar tratamento privilegiado, que violaria o princípio constitucional da livre iniciativa, frisando que as concessionárias e permissionárias sujeitam-se ao regime jurídico das empresas privadas, inclusive nas obrigações tributárias. “Permitir que particular faça uso de bem público sem qualquer tipo de ônus atenta contra a moralidade que deve permear a gestão do patrimônio público”, avaliou o desembargador. O voto foi seguido pelos desembargadores Kleber Carvalho e Angela Salazar.

## “Operação Tartaruga” Escolas planejam reposição integral da carga horária dos professores

As horas não trabalhadas pelos professores que optaram por realizar a chamada ‘Operação Tartaruga’, em escolas da Rede Estadual de Ensino, deverão ser repostas em cumprimento à determinação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), que decidiu, nesta semana, que os estudantes da rede estadual devem ser atendidos normalmente neste ano letivo pelo corpo docente.

A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) orientou que cada gestor, em diálogo com o corpo docente da escola, estabeleça um calendário de reposição das aulas que não ministradas, de modo que não haja qualquer tipo de prejuízo aos alunos, principalmente os que devem prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) este ano.

De acordo com a Unidade Regional de

Educação (URE) de São Luís, das 118 escolas, apenas um percentual de 45% terá que repor a carga horária, tendo em vista que as demais estão com o calendário escolar em dia. “As escolas, cujos professores estiveram no movimento, estão levantando a carga horária a ser resposta. Algumas terão aulas aos sábados, mas o que é fundamental é garantir que nossos alunos tenham aulas de qualidade e o transcurso normal do ano letivo”, destacou Eva de Moraes, gestora da URE São Luís.

O secretário de Estado da Educação, Felipe Camarão, destacou que o governo vem mantendo diálogo aberto com os professores visando o atendimento de suas demandas. “Algumas delas já estão em andamento como a ampliação da jornada de 20 para 40 horas com salário compatível e a unificação das matrículas

dos docentes.”

O TJ-MA decidiu, nesta semana, que os estudantes da rede estadual devem ser atendidos normalmente neste ano letivo pelo corpo docente. A liminar concedida pelo desembargador Paulo Velten determina o fim da chamada ‘operação tartaruga’ – parte dos docentes não estava cumprindo a carga horária integral das aulas em algumas escolas da capital.

A Justiça entendeu que as paralisações parciais estão em desacordo com a Lei de Greve por não terem sido objeto de consulta e aprovação prévia por meio de Assembleia Geral convocada pelo sindicato da categoria, e determinou multa de R\$ 5 mil para cada nova paralisação parcial e o corte do ponto proporcional à hora-aula que não for oferecida.

## Corrida

Com o objetivo de integrar servidores do Judiciário maranhense, em comemoração ao Dia do Servidor – 28 de outubro –, e aproximar a comunidade da Justiça maranhense, será realizada a 1ª Corrida TJMA, dia 29 de outubro (sábado), com largada às 17h do Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís (MA). As inscrições, um total de 700, já estão abertas e vão até o dia 10 de outubro, pelo site <https://www.centraldacorrida.com.br/1acorridatjma>. A taxa de inscrição é de R\$ 60,00.

## **Socorro Barros assume presidência da Fundação da Cidadania e Justiça**

A juíza aposentada Maria do Socorro Barros de Sá tomou posse, na última terça-feira (13), na Presidência da Fundação da Cidadania e Justiça, criada para subsidiar o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) na formulação de políticas e programas voltados para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes vítimas de abandono e maus-tratos e de mulheres vítimas de violência doméstica. A magistrada recebeu as boas-vindas do presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude, desembargador Ribamar Castro, e do chefe de gabinete da Presidência do TJMA, Mário Lobão. Servidores da Casa da Criança e da Casa Abrigo também receberam a nova dirigente.

O desembargador Ribamar Castro destacou a disposição da magistrada em acolher a presidência da instituição. Também ressaltou o compromisso do presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, com o trabalho realizado pela fundação no atendimento às crianças de 0 a 6 anos vítimas de abandono e maus-tratos, além das mulheres vítimas de violência, por meio da Casa da Criança Menino Jesus e Casa Abrigo, respectivamente. A magistrada aposentada também traz para a Fundação da Cidadania e Justiça sua experiência como delegada de polícia, promotora de Justiça, professora da Escola de Magistratura do Maranhão (Esmam), advogada e psicanalista.